



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11624 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação

MULHERES INDÍGENAS EM MOVIMENTO: FORMAÇÃO POLÍTICA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT

Dineva Maria Kayabi - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

Amanda Pereira da Silva Azinari - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

O projeto de pesquisa Educação, Corporeidade e Território: entrelaçando saberes e conhecimentos com Mulheres Indígenas no Estado de Mato Grosso, faz parte da chamada do CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes SIGLA: Universal, do ano de 2021. A proposição dele aglutina mulheres e homens da pós-graduação de dois programas da Universidade do Estado de Mato Grosso, O programa de Pós-Graduação em Educação do Campus de Cáceres e o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino e Contexto Indígena Intercultural do Campus de Barra do Bugres.

O cenário das populações indígenas tem sido alterado desde o processo invasor nas terras das Américas, e, desta América do Sul. Os contatos, e as diferentes formas de colonialidade, a colonialidade do poder (Quijano, 2009) e as modificações implementadas diante das novas relações materiais, de exploração e de intersubjetivas em que o Outro é compreendido como ser inferiorizado, nessa relação institui-se um outro espaço/tempo e uma de maneira avassaladora, também outras formas de colonialidade, como a do saber, da natureza e de gênero onde o homem ocupa lugar privilegiado em todas as instâncias sociais, como retrata Lugones (ano) . Nessa perspectiva, reafirmamos o questionamento de Lugones (2014) de pensar a colonialidade e das diferentes maneiras manifestadas questionamos, qual é o lugar da mulher indígena dentro deste processo histórico?

Não ousamos ainda em responder, mas apontamos alguns elementos que são importantes nesta construção. Um deles é a mulher indígena duplamente 'colonizada', corpos usados, roubados e maltratados pelo colonizador. No processo de acesso às cidades elas são

as últimas a terem acesso e também dificuldade a acessos em cursos de formação de professores/as pois, estar nesses lugares, requer também o domínio da língua portuguesa e, as mulheres demoram ter esses acessos (situações que não cabe discutir neste momento). Essas mulheres historicamente participaram de todas as lutas pelas conquistas de territórios junto aos seus povos, elas detêm saberes e tecnologias indígenas que lhes são próprias, por exemplo, são as mulheres Ydja que detêm a sabedoria da manipulação tecnológica das cerâmicas, as mulheres Xavantes dos cestos, são as mulheres Haloti, do povo Haliti – Paresi que no silêncio de suas casas ensinam os filhos o Zerati (conjunto de cantos).

Ao longo da história e dentro do sistema de complementariedade como aponta Kush (1999) elas vão participando das tradições culturais como orientadoras dentro do que lhes cabe na constituição do gênero dentro da cultura, e se articulam dentro de uma dimensão mais complexa, construindo relações com mulheres de outras etnias, se organizando politicamente, a partir de questões discutidas por mulheres. Assim, criam associações como é o caso da Takina- Associação de Mulheres Indígenas de Mato Grosso.

Neste trabalho temos a finalidade de apresentar algumas narrativas de mulheres indígenas evidenciando o pensamento feminino indígena conferindo centralidade em questões como: Como é ser e formar mulheres indígenas no cenário atual? Quais são as suas lutas, sonhos, projetos e realizações? E o fazemos a partir da observação, da escuta e roda de conversa realizada com as acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural e Licenciatura Intercultural (Ciências Humanas e Sociais), mestranda e professora colaboradora do PPGECCII – todas mulheres indígenas.

O elemento motivador e desencadeador deste item da pesquisa foi o acompanhamento e a participação no II Encontro de Mulheres Indígenas do Mato Grosso, realizado de 06 a 10 de junho de 2022, na aldeia Tatuí, Terra Indígena Apiaká-Kayabi. O evento teve como slogan “Quando se unem crescem como os rios”. Participaram representantes de todas as regionais do estado de Mato Grosso. Explicamos que, no estado de Mato Grosso há a FEPOIMT, Federação dos Povos Indígenas do Estado de Mato Grosso e divide-se em sete regionais, agrupando os 43 povos indígenas do estado. No encontro de mulheres participaram representantes de praticamente todos os povos, infelizmente, não houve representação dos povos Terena, Zoró, Suruí e Guató. Somou-se como participação de fora do estado de Mato Grosso, mulheres do povo Baniwa- Amazonas, Guajajara -Maranhão e Tembé do Pará. Foram dias de discussões acerca das seguintes temáticas: Participação das mulheres indígenas nos espaços de tomada de decisões: avanços e desafios; o olhar das mulheres indígenas no território (Ameaças-empreendimentos; Mudanças climáticas; Iniciativas de proteção territorial); Direito econômico das mulheres indígenas; Mulheres demarcando a FEPOIMT; violência e mulheres indígenas. O evento resultou em vários encaminhamentos, entre eles a eleição de Dineva Maria Kayabi para representar o Departamento de mulheres indígenas de Mato Grosso dentro da FEPOIMT.

Os movimentos construídos no encontro de mulheres, sob discussões, cantos de

mulheres e definições políticas demonstraram que as mulheres indígenas estão articuladas em diferentes campos como da saúde, do território, da educação e do ser mulher indígena.

Dentro desse contexto efêmero da identidade de gênero das mulheres indígenas, observa-se o apropriar politicamente de um protagonismo de luta que se dá não apenas pela e da mulher indígena, mas de um empoderamento de gênero estendido ao seu povo, pois as questões do debate ampliam o fortalecimento pelo território, porém com o olhar da mulher.

No intuito da continuidade da escuta, em roda de conversa as mulheres indígenas apontaram que ser e formar mulheres indígenas no cenário atual significa conforme Edna do povo Kura Bakairi, *“fazer sua própria história, sendo protagonistas, é aprender a não ter medo de represálias...é aprender a trazer outras mulheres da base para o movimento, precisamos de uma voz firme e forte...essa voz será seguida pela união dando força uma para outra”*

Em roda de conversa as falas iam se completando seguido de olhares e de movimentos corporais em que os corpos afirmam e reafirmavam as narrativas ecoadas nas falas. Acrescentava Luciana Mendes Tamaná, da aldeia Nova Munduruku que nesse cenário atual *“as mulheres precisam se capacitar, fazer cursos e também participar do movimento como Terra Livre...buscar formação universitária porque auxilia ter uma outra visão, e também estar acompanhando o que acontece no mundo [...]”*. As vozes foram ecoando em sentimentos e memórias, substanciadas pelas histórias de vida porque as falas estavam permeadas pela história de vida dessas mulheres. Afirmou Gaciela do Povo Boe-Bororo, *“sei que as mulheres ainda têm medo de enfrentar as coisas que estão vindo, mas precisamos ter conhecimento, coragem, saber um pouco de lei”* Ou como disse Renata do povo Kayabi *“Ser e formar mulheres indígenas é importante para ampliar a participação da mulher nos estudos”*

O que se percebe nas narrativas é um empoderamento de ser mulher indígena em processo reflexivo de uma pessoa que precisa ter coragem, precisa se capacitar em duas dimensões, a política e a acadêmica, a dimensão política envolve conhecimento da área dos direitos humanos enquanto legislações, e participação no movimento como uma estratégia didática de coragem e de formação política. Subsidiaria essa dimensão a formação universitária, está se insere na perspectiva do reconhecimento profissional dentro da sociedade como um todo.

Apontam como sonho quase que de forma geral a conquista do espaço, do respeito dentro da sociedade indígena e não indígena, ainda apontam que precisam de um mundo sem violências, e que território é sagrado, é o lugar onde plantam e colhem, onde criam seus filhos, é o lugar da dignidade humana indígena, pois muitos lhes tiraram e o território é a segurança, ainda que ameaçada. *“Sem terra demarcada não tem casa para morar”* Edna Bakairi.

Elas desejam que todas as mulheres tenham seus territórios demarcados e homologados. De acordo com Cezarina Krey Leite Tukumã *“a mulher é fundamental em*

toda trajetória da vida na aldeia, na casa, na comunidade, na busca de direitos, no movimento e na articulação com outras mulheres”.

Enfim, sonha-se e projeta-se que as mulheres indígenas se somam a muitas outras vozes em direção a conquistas de direitos e de humanidade considerando olhar feminino, o sentir feminino, as formas de lutas femininas de mulheres indígenas no estado de Mato Grosso. Desta forma se projeta a formação política dentro da perspectiva de gênero, uma formação que se dá em processos de articulações em diferentes formações, na cultura, na universidade e, principalmente no movimento, nas participações das lutas pelos direitos à educação, saúde e território

REFERÊNCIAS

KUSH, Rodolfo. **Obras completas**. Tomo II. Santa Fé, Argentina. Editorial Fundacion Ross (América Profunda y El pensamiento indígena y popular em América), 2000.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**. 4 ANO 17, Nº. 37, 2002.